



Jornal FNE Edição 62 – Jul/07

Cresce Brasil na Prática

Lançado em 2006, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” é a grande bandeira de luta da FNE e segue sendo item de destaque na agenda da entidade. Atualmente, o empenho é para ver colocadas em prática as propostas discutidas por milhares de engenheiros de todo o País. Nesta edição, Engenheiro traz notícias de vários avanços nesse sentido. Em matéria de capa, o anúncio de que o Ministério da Ciência e Tecnologia prepara um plano específico para o setor, que não havia sido contemplado pelo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Em fase de debate com a sociedade, a proposta receberá colaboração da federação por meio de seus representantes convidados a participar de três diferentes grupos de discussão.

Na mesma linha, um seminário realizado em Fortaleza colocou em pauta a matriz energética brasileira, a necessidade de expandir a oferta para que seja possível o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 6%, conforme propõe o “Cresce Brasil”, e como buscar meios para colocar isso em prática. No Maranhão, os engenheiros decidiram enfrentar um tema premente: a participação coletiva no mundo contemporâneo, marcado pelo individualismo. A idéia é fortalecer a integração e ampliar a inserção social do sindicato no Estado.

Em C&T, a robótica brasileira entra em campo para um campeonato de futebol e pede incentivos a uma área tecnológica emergente. O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, em entrevista exclusiva, relata a participação na 96ª conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho). E ainda, o que acontece nos estados.

Boa leitura.

OPINIÃO

No mundo em que vivemos, de rápidas transformações, onde os interesses individuais são exacerbados, só será possível o resgate do espaço para os interesses coletivos, que trarão a possibilidade de conquistar dignidade para todos os seres humanos, se os movimentos sociais e as entidades de classe saírem do conformismo e da acomodação e trabalharem na cobrança, na fiscalização e na elaboração das políticas públicas.

A idéia de que a ação política cabe somente ao Estado reduz nossa capacidade de agir. Dessa forma, partindo do pensamento da filósofa Hanna Arendt, que traz em seu cerne a liberdade e a ação política como condições essenciais da existência humana, devemos começar a interferir nas questões políticas, sociais e econômicas do nosso país, sendo tal mudança de atitude um pré-requisito fundamental à conquista do bem-estar social.

Assim, o funcionamento das organizações de classe precisa, de fato, estar ativado. Não é possível mais entender os nossos sindicatos e associações nas suas concepções exclusivamente simbólicas e instrumentais. O projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, liderado pela FNE, é um bom exemplo desse esforço de atuação mais ampla.

Com a realização da segunda mesa-redonda de 2007 – “O espaço do coletivo no mundo atual” –, o Senge-MA enfrentou a questão, objetivando principalmente aumentar a participação dos profissionais, porque acredita que só assim uma instituição com interesses coletivos encontra a legitimidade de sua representação e é capaz de agir socialmente em defesa de um espaço público realmente usufruído pelo público.

Além disso, entendemos que, para que o profissional seja um agente de transformação – enquanto fiscalizador e/ou elaborador de políticas públicas –, precisa ter um perfil atuante e preocupado com os problemas do mundo, próximo aos movimentos sociais, à universidade e em constante diálogo com a sociedade.

Desse modo, o Senge-MA pretende incitar a participação do engenheiro nas questões sociais, para além de assuntos salariais e mercadológicos. Como foi colocado pelo professor Francisco Gonçalves, coordenador do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, um dos palestrantes de nossa segunda mesa-redonda, os sindicatos precisam atuar de forma ampla, não só junto aos seus associados, mas como referência para a sociedade, em defesa de um mundo mais justo, onde as pessoas tenham qualidade de vida e participação na vida pública.

Falta muito para chegarmos aos objetivos traçados, mas discutir os problemas e pensar em soluções já é um passo, como disse a filósofa Márcia Tiburi, que esteve em São Luís para nos fazer repensar nosso papel dentro do coletivo. E é justamente porque concordamos com Hanna Arendt, que somente seremos livres se conseguirmos agir socialmente no espaço coletivo, que pretendemos continuar avançando com otimismo, compromisso e seriedade.

CRESCER BRASIL I

O setor de C,T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), não previsto no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), terá um plano de ação específico para o período 2007-2010. A proposta formulada pelo Ministério (veja quadro) está sendo apresentada à sociedade em inúmeras palestras e, após ter sua conclusão adiada, deve estar pronta no final de julho. Até lá, receberá contribuições dos grupos de discussão formados para tratar do assunto.

Desses fóruns, participam três representantes da FNE e de sindicatos a ela filiados. O diretor do Seesp, Allen Habert, fará parte do grupo que abordará a formação de recursos humanos para C,T&I ; o presidente do Senge-AC, Sebastião Fonseca, do que falará sobre pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas, como a biodiversidade e o desenvolvimento sustentável da Amazônia; do debate sobre a promoção da inovação tecnológica participará Marco Aurélio Cabral Pinto, consultor do “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, o projeto de desenvolvimento nacional lançado pela FNE em seu último congresso, realizado em setembro de 2006 (www.crescebrasil.com.br).

O convite foi feito pelo ministro Sérgio Rezende em encontro realizado em 4 de junho. “Eu havia dito que queria a participação da Federação Nacional dos Engenheiros nesse processo e ele está acontecendo agora”, ressaltou. Na ocasião, além de acordar a contribuição ao que está sendo chamado de o PAC da C&T, o presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, e os consultores Carlos Monte e Cabral Pinto apresentaram a Rezende as propostas da entidade para o setor.

Contribuição

Pensado como forma de forjar um Brasil soberano, o programa de C&T integrante do “Cresce Brasil” coloca ênfase no fortalecimento do capital nacional. Para tanto, exige-se a implementação de política industrial adequada, a constituição de infra-estrutura logística e energética e desoneração fiscal. Num quadro em que o investimento anual em pesquisa e desenvolvimento chega a apenas 0,4% do PIB (Produto Interno Bruto), sendo 70% pelo setor público e, pior, 77% referentes à mera aquisição de tecnologia incorporada em equipamentos, o grande desafio é a indução da inovação, especialmente pelas empresas.

Alcançar tal meta demanda ampliação do apoio às grandes companhias, com financiamentos a juros mais baixos e subvenções. O encaminhamento, nesse caso, seria a ênfase nas cadeias produtivas, o estabelecimento de contrapartida no planejamento e na ação, maior integração entre o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). No caso das micro, pequenas e médias empresas, a idéia é colocar ênfase no negócio, potencializar a capacidade das agências estaduais de fomento, envolver o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) para garantir a correção do plano de negócio e aprimorar o modelo de incubação de empresas.

O “Cresce Brasil” defende que o Governo aposte em tecnologias integradoras – a aeroespacial, a microeletrônica, os biocombustíveis e a energia nuclear –, o que demandará a liberação de recursos orçamentários significativos. Tomada a decisão de aproveitar a oportunidade tecnológica que se apresenta no século XXI, deve-se fazer o mapeamento das competências-chave para tecnologia digital e biotecnologia; disponibilidade dessas competências no País; recomendações para formação de corpo técnico; mapeamento de aplicações tecnológicas potenciais; fortalecimento e adensamento das cadeias produtivas agropecuária, farmacêutica e aeroespacial; apoio à formação de arranjos produtivos locais com firmas especializadas em tecnologia digital e biotecnologia; e aprimoramento do marco legal (propriedade, conformidade, certificação) para proteger a indústria contra práticas arbitrárias ou desleais.

Outro ponto importante foi a necessidade de aumentar o número de engenheiros que possam operar os sistemas empresarial e de inovação a serem constituídos no País. A FNE defende que seja dedicada especial atenção à formação dos engenheiros, que precisa crescer em quantidade e qualidade. Propõe-se dobrar os atuais 20 mil graduados por ano. É preciso ainda ampliar os doutores nas áreas ligadas à C&T, que hoje representam apenas 13% do total anual de 10 mil. Esse item ganhou adesão imediata de Sérgio Rezende: “Está claro que sem esse contingente não poderemos fazer o Brasil crescer.”

A proposta em debate

O Plano de Ações 2007-2010 do Ministério da Ciência e Tecnologia tem quatro prioridades estratégicas, em muitos pontos convergentes com as do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”. A primeira delas, a expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I, terá como principais linhas de ação o fortalecimento dos fóruns ligados à área, com destaque para a revitalização do Conselho Nacional de C&T, a formação de recursos humanos para o setor, infra-estrutura e o fomento da pesquisa científica e tecnológica. A promoção da inovação nas empresas prevê o apoio a esse tipo de ação e ênfase em tecnologias da informação e comunicação, biotecnologia, fármacos e medicamentos, nanotecnologia, além de biocombustíveis e outras das chamadas energias do futuro. A terceira, P&D em áreas estratégicas, foca os programas espacial e nuclear, assim como a segurança e defesa nacional, a biodiversidade, os recursos naturais e desenvolvimento sustentável da Amazônia e do semi-árido, o mar e a Antártica, a meteorologia e as mudanças climáticas. Por fim, C&T para o desenvolvimento social planeja a popularização do setor e melhoria do ensino de ciências e o apoio a tecnologias que visem a melhoria das condições de vida da população brasileira. Os recursos previstos até 2010 são da ordem de R\$ 15 bilhões, oriundos do orçamento da União, do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), dos programas nuclear e aeroespacial e de institutos do Ministério.

CRESCER BRASIL II

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado no início do ano pelo Governo Federal, prevê crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 4,5% em 2007 e de 5% de 2008 a 2010. Mais ambicioso, o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” aposta em 6% de expansão anual da economia. Ambos, contudo, condicionam esse desempenho à disponibilidade de um insumo essencial: energia. Segundo o estudo da FNE, para garantir o incremento previsto, é preciso aumentar a oferta em 8% ao ano. Para debater essa questão crucial a um projeto de desenvolvimento sustentável, o Senge-CE e a FNE promoveram em 31 de maio, na cidade de Fortaleza, um seminário que reuniu especialistas no tema.

O consultor do projeto “Cresce Brasil”, Carlos Monte, traçou um quadro da matriz energética nacional, que se divide entre 44,7% renovável e 55,3% não-renovável (veja quadro), e apontou a necessidade de aumento da oferta utilizando as diversas fontes disponíveis, além de um programa consistente de conservação. Conforme ele, no que diz respeito à energia elétrica, para possibilitar o crescimento de 6% do PIB, é preciso adicionar à atual capacidade instalada de 93.745MW todos os projetos hoje outorgados ou em construção, que somam 26.298MW, e mais 7.121MW até 2010. O investimento anual estimado será de R\$ 30 bilhões, sendo 80% recursos públicos e 20% privados.

Com o objetivo de mitigar o impacto ambiental, sugere-se o aumento da produção de energia proveniente da biomassa (cana-de-açúcar, arroz, extração de óleos combustíveis para serem adicionados na produção de biodiesel, lenha); estímulo à co-geração e à geração distribuída; utilização crescente de energia solar para aquecimento; e construção de novos parques eólicos.

Fazendo uma análise do Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica 2006-2015, João Mamede, da empresa Consultoria em Projetos Elétricos, ressaltou a importância de se aumentar o parque térmico nacional, utilizando as diversas fontes possíveis, e não só o gás natural, tendo em vista os riscos de crise no abastecimento. Já Raimundo Luft Filho, da Cegás (Companhia de Gás do Ceará), abordou exatamente as vantagens e possibilidades de expansão do gás natural. Entre os benefícios macroeconômicos, ele destacou a “diversificação da matriz energética, as fontes de importação regional, disponibilidade ampla, crescente e dispersa, redução do uso do transporte rodoviar-ferroviário, atração de capitais de risco externos, melhoria do rendimento energético, maior competitividade das indústrias e geração de energia elétrica junto aos centros de consumo”.

Expedito Parente, detentor da primeira patente do biodiesel e considerado o seu criador, contou a história dessa tecnologia e abordou os impactos da bioenergia para a humanidade. Segundo ele, com a aproximação do fim da era energética do petróleo, aproxima-se a “era tropical”, na qual serão utilizados biogás, bioetanol, biodiesel, bioquerosene, biometanol e biopetróleo e derivados. Nesse cenário, o Brasil, por suas características geográficas, deve desempenhar papel de destaque. “Estudos divulgados pelo National Biodiesel Board, dos Estados Unidos, revelam que o País tem capacidade de produzir biodiesel em quantidades equivalentes a 60% do consumo mundial atual de óleo diesel”, afirmou.

De acordo com Parente, o combustível apresenta benefícios ambientais decisivos. Entre eles, estão a contribuição para a diminuição do efeito estufa; redução das emissões de fuligem oriundas da combustão do óleo diesel; menos emissões de enxofre e outros poluentes.

Finalizando, o gerente de energia e infra-estrutura do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Edmar da Cunha Raimundo, apresentou as possibilidades de financiamento para o setor. Segundo ele, há esforço do banco para melhorar as condições de financiamento à geração hídrica, com evolução gradual das políticas operacionais no sentido de redução dos custos financeiros e atenção especial aos grandes projetos, necessários para o aumento da capacidade instalada.

Mobilização

O seminário foi saudado pelas lideranças políticas presentes como um passo importante rumo à concretização de um projeto de desenvolvimento. “Eventos como esse podem trazer benefícios à sociedade, mostrar caminhos para o crescimento”, afirmou o presidente do Crea-CE, Antonio Salvador da Rocha. Para o senador Inácio Arruda (PCdoB/CE), o encontro teve grande importância por colocar “na ordem do dia o crescimento e o desenvolvimento, o que diz respeito à engenharia”. Por isso mesmo, a presidente do Senge-CE, Thereza Neumann Santos de Freitas, fez um chamado à mobilização da categoria: “Chegou o momento de os profissionais do setor tecnológico se juntarem e lutar pelo crescimento do Brasil.”

O presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, lembrou o esforço de elaborar o projeto “Cresce Brasil”, compartilhado por milhares de profissionais de todo o País, e comemorou: “Hoje, a discussão sobre energia já é um primeiro trabalho de colocar em prática nossas idéias.”

A Energia no Brasil	
Não-renováveis	55,3%
Derivados de petróleo	38,4%
Gás natural	9,3%
Carvão mineral	6,4%
Urânio	1,2%
Renováveis	44,7%
Hidroeletricidade	15%
Madeira e outras biomassas	13,1%
Cana-de-açúcar	13,9%
Outras renováveis	2,7%

Fonte: Balanço Energético Nacional 2005 - Ministério de Minas e Energia

SINDICAL I

Com o sugestivo título de “O espaço do coletivo no mundo atual”, o Senge-MA realizou em São Luís, no dia 27 de junho, a sua segunda mesa-redonda de 2007. O objetivo, de acordo com a presidente da entidade, Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro, foi buscar a maior integração dos profissionais à instituição que os representa, assim como despertar seu interesse para as questões da sociedade em geral.

Com esse norte, ela deu início à discussão fazendo uma apresentação da ação do sindicato, seus deveres, potenciais, dificuldades e desafios. No esforço de participação coletiva, em que se prevê a atuação “como órgão técnico e consultivo no estudo e solução de problemas que se relacionam com a categoria profissional que representa”, Ribeiro destacou o grande avanço conquistado com o projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, lançado pela FNE em 2006.

Por isso mesmo, esse foi o tema tratado pelo presidente da federação, Murilo Celso de Campos Pinheiro. “O manifesto ‘Cresce Brasil’ é fruto do trabalho feito ao longo de 2006, com seminários em 14 cidades, inclusive aqui em São Luís, discutindo transportes, comunicações, recursos hídricos e meio ambiente, ciência e tecnologia, agricultura e a Amazônia. Milhares de profissionais debateram esses temas até que o documento chegasse a sua versão final, propondo o desenvolvimento sustentável do País, com crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 6% ao ano”, relatou.

Com o anúncio do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), a FNE, informou Pinheiro, também se debruçou sobre o assunto, constatando que o plano é convergente com o “Cresce Brasil” em muitos pontos, embora seja omissivo em outros. “Elaboramos então um segundo documento, que compara os dois trabalhos.”

“A experiência do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Acre na implantação de melhorias salariais” foi o tema de Sebastião Fonseca, presidente da entidade. Ele relatou o esforço para garantir o cumprimento da Lei 4.950-A/66, que assegura remuneração inicial ao engenheiro equivalente a nove salários mínimos legais vigentes no País. O trabalho começou em 6 de março de 2006, quando ele e o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, tiveram audiência com o então governador do Estado, Jorge Viana, e os presidentes da Assembléia Legislativa do Acre e da Câmara Municipal de Rio Branco, com o objetivo de conscientizá-los sobre a importância dos profissionais. A partir daí, dedicou-se à mobilização da categoria e a gestões junto ao poder público, o que culminou com a sanção da Lei do Engenheiro, em 8 de janeiro de 2007. O passo seguinte, contou Fonseca, foi a construção da legislação estadual, para estender o benefício a todos os engenheiros do Acre.

Ética e atuação social

O coordenador do curso de Comunicação da Ufma (Universidade Federal do Maranhão), Francisco Gonçalves, abordou a comunicação como ferramenta sindical. De acordo com ele, no

mundo atual, em que a mídia tem papel relevante de intermediadora das relações sociais, esse é um instrumento essencial para que a entidade possa interferir na elaboração de políticas públicas, agenda que extrapola a atividade sindical cotidiana. Para que esse objetivo seja alcançado, salientou o professor, as entidades devem construir alianças, estendendo sua influência para além das categorias que representam.

A filósofa Márcia Tiburi, última palestrante da mesa-redonda, falou da necessidade de se reconstruir o espaço coletivo, o que significa recuperar a ética perdida no individualismo do mundo contemporâneo. Como sintoma dessa anomia, ela citou a violência das grandes cidades brasileiras e a corrupção política, que também prejudica o conjunto da sociedade. “Se tivéssemos o coletivo introjetado, já estaríamos dentro da ética”, afirmou.

Participaram ainda do evento a vice-prefeita de São Luís, Sandra da Costa, e representantes de diversas entidades sindicais.

Em pauta, a realidade maranhense

A realização da mesa-redonda em São Luís foi também uma oportunidade para que dirigentes da FNE e do Senge-MA debatessem com as autoridades locais temas de interesse da categoria e da população maranhense. No dia 25 de junho, aconteceu uma reunião com o presidente da Caema (Companhia de Água e Esgoto do Maranhão), Rubem Brito. Ele apresentou aos engenheiros os projetos prioritários nessa área para o Estado, cujo custo total estimado é de R\$ 600 milhões. O Porto de Itaqui, cuja ampliação está prevista no projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, foi visitado no dia 26. Na ocasião, o diretor de Engenharia, João Rodolfo Ribeiro Gonçalves, falou sobre as atividades e obras em andamento.

No dia 27, aconteceu o encontro com o governador do Estado, Jackson Lago, que elogiou a iniciativa de lançar o projeto “Cresce Brasil”. “Fico satisfeito de ver que a entidade continua oferecendo sua contribuição. Recebemos as sugestões que dizem respeito ao Maranhão”, afirmou. O Senge-MA aproveitou a oportunidade para reivindicar a participação na elaboração do plano de cargos e salários previsto para a administração estadual.

A última reunião foi realizada no dia 28, com a secretária estadual das Cidades, Desenvolvimento Regional Sustentável e Infra-estrutura, Telma Pinheiro Ribeiro. Ela falou aos engenheiros sobre a necessidade de qualificação da mão-de-obra local para garantir desenvolvimento econômico e social ao Maranhão. “Atualmente, importa-se material e profissionais de outros estados”, lamentou. Diante do exposto, o presidente da FNE, Murilo Pinheiro, propôs a realização de um seminário, abordando os problemas enfrentados no Estado e a busca de soluções. Sobre um dos problemas locais mais graves, o déficit habitacional, ele sugeriu a adoção do Promore (Programa de Moradia Econômica), implantado em várias cidades do Estado de São Paulo desde 1988.

SINDICAL II

SC

Disponível empréstimo consignado

Todas as empresas de engenharia que tiverem interesse em proporcionar empréstimos consignados a seus funcionários agora têm a possibilidade de fazê-lo tendo o Senge de Santa Catarina como anuente. O convênio foi firmado no dia 24 de maio entre esse sindicato, o Banco Sudameris e uma empresa de engenharia de Blumenau. Segundo José Carlos Rauem, presidente do Senge-SC, o papel como anuente deve-se ao fato de que as rescisões dos empregados passam necessariamente por essa entidade. “Somente um sindicato funcional poderia desempenhar esse papel, permitindo o encontro de contas”, explicou. As empresas interessadas no convênio devem procurar um banco e o Senge. Os funcionários sindicalizados, ao utilizarem o empréstimo consignado, pagarão uma taxa bancária mínima.

RN

Prefeito de Natal disse que cumprirá acordo judicial

Durante reunião com representantes de entidades da engenharia no Rio Grande do Norte no dia 27 de junho, o prefeito de Natal, Carlos Eduardo Nunes Alves, comprometeu-se a cumprir a partir de julho o acordo judicial firmado entre engenheiros, arquitetos e o Executivo Municipal, que foi assinado em 1990 na Justiça do Trabalho pelo Senge-RN e a Prefeitura e garante o respeito ao piso salarial. O prefeito comprometeu-se ainda com o pagamento de três meses atrasados. “As entidades agora esperam que o compromisso seja operacionalizado”, disse Modesto Ferreira dos Santos Filho, presidente do Senge-RN, informando que assinou junto com os profissionais que presidem o Crea-RN (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia), o Clube de Engenharia e o Instituto de Arquitetos do Brasil nota de repúdio ao descumprimento desse acordo. “Durante 17 anos, foi aplicado por todas as administrações que entenderam a sua eficiência jurídica e a justeza da causa diante da responsabilidade e importância do trabalho desempenhado por esses profissionais, fundamentais para o desenvolvimento e crescimento sustentável de Natal”, ressaltou.

PI

Ação suspende edital e estabelece piso

O Senge-PI entrou com ação na Justiça do Trabalho contra o edital de concurso público 001/2007, divulgado pela Cepisa (Companhia Energética do Piauí S/A), que previa a formação de quadro de reserva para várias atividades da empresa, entre elas a de engenheiro. O problema é que anunciava um salário para o cargo e carga horária de oito horas diárias no valor de R\$ 1.993,00. Segundo Antônio Florentino Filho, presidente do Senge, o valor não

correspondia ao determinado pela Lei Federal 4.950-A, que em seu art. 5º, combinado com o art. 6º, estabelece para a categoria com essa jornada de trabalho nove salários mínimos, o que corresponde a R\$ 3.420,00. Florentino afirma que tentou por meio de ação administrativa sensibilizar a diretoria da companhia a rever o edital, para que evitasse maiores prejuízos ao concurso público, mas não foi atendido, o que levou o Senge a recorrer à Justiça. A ação nº 665-2007-002-00-0, que solicitou a retificação do edital, teve liminar deferida pela juíza federal do trabalho, Kaline Lewinter, que suspendeu o concurso público e determinou prazo de cinco dias para a alteração do edital, estabelecendo o piso profissional do engenheiro no valor de 8,5 salários mínimos vigentes, equivalente a R\$ 3.230,00.

AC

Desenvolvimento sustentável da Amazônia

No auditório da Casa da Indústria, da Federação das Indústrias do Estado do Acre, foi lançado em 19 de junho o Fórum Internacional de Desenvolvimento Sustentável. Ele está sendo constituído pelo Senge-AC e pela organização não-governamental Engenheiros Solidários, em parceria com a FNE. O objetivo é debater a integração regional dos países da América do Sul e o crescimento econômico da região. Marcado para 7 a 15 de agosto próximo, o evento reunirá profissionais da engenharia, estudiosos, pesquisadores e representantes políticos do Brasil e dos outros sete países latinos. Serão debatidos temas de cinco eixos principais: ciência e tecnologia, geração de energia, integração da Amazônia sul-americana, meio ambiente e produção sustentável. Aceitando o convite do presidente do Senge, Sebastião Fonseca, o ex-governador do Estado, Jorge Viana, será o presidente de honra do fórum. O evento também lançou a Lei Cartaxo, nome dado à legislação que trata do salário dos engenheiros, em homenagem ao deputado Francisco Hildo Cartaxo, primeiro presidente do Senge do Acre, falecido em 12 de maio último.

TO

Seageto instala delegacia em Guaráí

Com o objetivo de descentralizar o atendimento à categoria e proporcionar maior integração na luta pelos interesses coletivos, o Seageto criou a Delegacia Regional de Guaráí, durante assembleia geral extraordinária realizada no dia 27 de abril, na sede da Associação Comercial na cidade. Segundo o presidente do sindicato, João Alberto Rodrigues Aragão, isso facilitará e agilizará o trabalho dos profissionais da região. A assembleia também aprovou e escolheu como representantes da categoria em Guaráí os engenheiros Francisco Jorismar Bezerra e Marcio Sandrini e o arquiteto Enaldo Carvalho Lucena. Na ocasião, o sindicato comprometeu-se a enviar um ofício ao Crea-TO solicitando maior fiscalização e melhor atendimento em seu escritório. A delegacia está localizada na Rua 12, 1.521, no setor Sul.

CE

Concretizada parceria com a Phillips

Na perspectiva de desenvolver um programa de capacitação para seus associados, o Senge-CE tem buscado parcerias com empresas fabricantes de produtos que tenham aplicabilidade na área tecnológica. O principal objetivo é colaborar com a atualização de conhecimentos por meio de eventos que possam agregar novas experiências e apresentar tendências atuais. Nesse sentido, firmou uma parceria com a empresa Phillips que disponibilizou vagas para engenheiros e arquitetos no evento Phillips Lighting Experience Fortaleza 2007, que estava marcado para o dia 3 de julho. Trata-se de um convite ao conhecimento de uma tecnologia do futuro em iluminação, onde prevalece a combinação da eficiência energética e o bem-estar de maneira sustentável. O esforço dos dirigentes do sindicato “será de viabilizar oportunidades de participação dos profissionais em cursos e outros eventos visando conjugar teoria e prática e voltados ao mercado de trabalho existente e em processo de expansão”, informa Thereza Neumann Santos de Freitas, presidente da entidade.

ENTREVISTA

O ex-deputado federal Carlos Lupi (PDT) assumiu o Ministério do Trabalho e Emprego em abril último como resultado de aliança firmada entre seu partido – o mesmo de Leonel Brizola – e o PT de Lula durante as campanhas eleitorais. O apoio à reeleição do atual presidente do Brasil fundamentou-se no seu compromisso de não fazer reformas da Previdência e trabalhista que retirem direitos adquiridos. Nesta entrevista ao Engenheiro, em que Lupi fala sobre sua participação na 96ª Conferência da OIT (Organização Internacional do Trabalho) – finalizada em 15 de junho último – e seus planos de ação no Governo, ele reitera o discurso contra a precarização do trabalho.

Quais os principais temas tratados na 96ª Conferência da OIT, conclusões e recomendações?

A conferência realizou importantes debates sobre o papel dos governos, atores sociais e da própria OIT no desenvolvimento de empresas sustentáveis, os mecanismos que podem fortalecer o papel da organização no contexto da globalização, a adequação de suas normas nos países, o combate ao trabalho escravo e adotou uma norma sobre o trabalho pesqueiro. O diretor geral da OIT, Juan Somavia, apresentou uma extensa análise sobre o papel do trabalho decente na promoção do desenvolvimento sustentável, lembrando ainda a importância de se fomentar a criação de “empregos verdes”, que impulsionam a gestão inteligente do meio ambiente.

A conferência abordou temas como trabalho decente, saúde e segurança no trabalho e combate ao trabalho infantil. Qual a situação no Brasil e quais as medidas para melhorá-la?

Erradicar os trabalhos escravo e infantil é meta prioritária do Governo e temos feito avanços notáveis em matéria de prevenção e fiscalização, com reconhecimento internacional. Tive uma reunião com o diretor geral específica sobre esse assunto, onde reiteramos nosso interesse em manter os acordos de cooperação com a OIT e buscar novas fontes de financiamento para projetos nessa área. Em 12 de junho último, Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, assinamos memorando de cooperação num grande esforço para erradicar o trabalho infantil na agricultura, que hoje registra o maior número de denúncias. Em relação ao Programa Segurança e Saúde no Trabalho, realizamos por ano cerca de 160 mil operações de fiscalização, além de uma série de ações envolvendo pesquisas e elaboração de novas normas.

Como garantir a efetiva aplicação do trabalho decente?

Nosso compromisso é manter o legado de Getúlio Vargas, um presidente que lutou pelo trabalhador, criando a legalização dos sindicatos, a instituição das carteiras profissionais, a regulamentação da jornada, férias, o salário mínimo e a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho. O desafio é ao mesmo tempo manter esses direitos e avançar rumo a melhores condições de trabalho. Nesse sentido, a atuação do Ministério deve ser a de dar condições para que o trabalhador se qualifique, garantindo ainda o diálogo social, o respeito aos direitos humanos e às normas internacionais. Venho destacando, desde minha posse como ministro, a necessidade de qualificação, para não enfrentarmos – como já acontece em alguns lugares – um “apagão profissional”, ou seja, existir a vaga e não existir a mão-de-obra capacitada. Nosso principal desafio é fomentar a geração de empregos e garantir a qualificação, em sintonia com a demanda dos setores produtivos do País. Existem hoje no Brasil cerca de 40 milhões de pessoas atuando sem carteira assinada e a profissionalização é sem dúvida um caminho para que ingressem no mercado formal. Nos cinco primeiros meses deste ano, registramos a criação de 913 mil empregos com carteira assinada. Se continuarmos investindo na qualificação, tenho certeza de que podemos fechar o ano com 1,6 milhão de novos postos.

Qual a sua posição em relação à possibilidade de reformas trabalhista e sindical e quais as ações que propõe para evitar a precarização do trabalho?

Se tivermos de fazer uma reforma para facilitar a contratação de trabalhadores, faremos. O mercado se modernizou e nada mais normal que a legislação acompanhar os tempos atuais, o que não significa retirar direitos trabalhistas. Eu defendo uma simplificação nas leis trabalhistas. Mas para isso é necessária uma reforma tributária amarrada a ela, diminuindo a carga de impostos que hoje dificulta o crescimento das micro e pequenas empresas. Estamos estudando alternativas para motivar as pequenas empresas a contratar e, para isso, talvez precisemos atualizar a legislação trabalhista. Isso eu concordo, mas nunca retirar direitos adquiridos.

A Organização Internacional do Trabalho

Criada com o objetivo de promover a justiça social em 1919, a OIT (Organização Internacional do Trabalho) instituiu em 1998 sua Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Das 183 convenções da OIT aprovadas até 2001 com o intuito de melhorar as condições de trabalho no mundo, segundo levantamento feito pelo Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar), o Brasil ratificou 92 – 13 das quais deixaram de vigorar. Entre elas, a 158, que restringe a demissão imotivada, revogada em novembro de 1997 por decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Conforme o estudo do Diap, oito convenções são consideradas fundamentais. Entre elas, as que dispõem sobre a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório; igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de idêntico valor; e proteção contra atos discriminatórios que reduzam a liberdade sindical. Há ainda quatro tidas como prioritárias, sendo que somente a 129, relativa à inspeção do trabalho na agricultura, ainda não vigora em território nacional.

C&T

Ao lado de 25 nações, sendo mais duas da América Latina – Chile e México –, o Brasil foi classificado para competir em nove modalidades durante o mundial de robótica, que teve início no dia 1º e vai até 10 de julho. Denominado RoboCup 2007, o evento, em sua 11ª edição, acontece em Atlanta, Estados Unidos, paralelamente ao Microsoft Robotics Studio Challenge, no qual o País também concorre. Nesse último, o desafio é a simulação de futebol de robôs cachorros, de acordo com Jackson Matsuura, professor da Divisão de Engenharia Eletrônica do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica) e coordenador da seleção brasileira – que inclui alunos e professores de diversas universidades públicas e privadas. A inclusão da prova, na sua visão, mostra o interesse de Bill Gates pela área promissora. “Ele enxerga aí o próximo mercado emergente de produção e consumo.”

Matsuura revela que é a segunda vez consecutiva que a Nação participa e a quarta no total. Em 2006, obteve seus melhores resultados: sétimo e 12º lugares nas competições de resgate simulado e 25º na de futebol de robô virtual. “Nas anteriores perdemos todas as partidas e não fizemos nenhum gol. A média foi dez a zero.” O professor do ITA conclui: “Continuamos sendo coadjuvantes, mas isso demonstra a evolução das nossas pesquisas em robótica autônoma (que se refere a robôs sem controle humano).” Na sua avaliação, o País, contudo, está atrasado em relação ao resto do mundo e o que se vê nessa área ainda são iniciativas isoladas. “O governo começou a se interessar por esse segmento, mas não há nenhuma ação real de incentivo”, enfatiza. Também por parte da indústria faltam investimentos no desenvolvimento de robôs e é preciso fomentar isso, pondera Matsuura. A reflexão que

propõe é se a Nação quer virar mera importadora no setor ou participar da fabricação e exportação.

Prova da dificuldade enfrentada pelos pesquisadores é que, por falta de verba, o Brasil não conseguiu enviar equipes para todas as modalidades às quais se classificou. Teve que se abster da denominada humanóides, em que a finalidade é fazer o robô real jogar futebol. “É a mais nobre da RoboCup, uma vez que o objetivo da iniciativa, a longo prazo, é ter um time capaz de vencer a seleção campeã mundial pela Fifa (em português, Federação Internacional de Futebol). A falta de patrocínio fez também com que alguns dos convocados para a Seleção Brasileira de Robótica fossem cortados e alguns integrantes estão bancado as próprias despesas para representar o Brasil”, lamenta.

Na categoria futebol, o País teve que se contentar em participar da chamada small size – em que se compete com robôs com rodas, de até 50cm. Além disso, explica Matsuura, disputa três provas da Liga de Futebol Simulado, em 2D, 3D e na chamada visualização física. Nessa, são usados minirobôs reais que interagem com o mundo virtual. Os estudantes levam as cores verde e amarela ainda para duas competições que envolvem simulação de resgate (salvamento). O Brasil está presente no RoboCup Júnior, em duas provas para alunos dos ensinos médio e fundamental, uma de resgate e uma de dança. “Esperamos que se apaixonem, para termos no futuro área de robótica forte”, enfatiza Luiz Marcos Garcia Gonçalves, professor do Departamento de Engenharia de Computação e Automação da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), uma das escolas que integram a seleção. Ele é também presidente do Conselho RoboCup Latino-americano, formado oficialmente em 2005 com o objetivo de fomentar a área na região. Assim, está organizando competição latino-americana, a se realizar na cidade de Monterrey, no México, em novembro próximo.

Incentivo à capacitação

Na concepção do professor do ITA, a participação em campeonatos estimula o desenvolvimento de competências na área. “Para estabelecer e fomentar a indústria nacional, precisamos criar capacidade técnica nacional.” Gonçalves concorda. “Temos 80 a 100 instituições de ensino com pesquisa em robótica e 200 a 300 doutores que têm a contribuir com a área. É muito pouco, a idéia é ampliar para 2 mil, 3 mil.” Na sua ótica, participar de competições cumpre, portanto, papel acadêmico e científico-tecnológico. Sem contar que, como lembra Matsuura, no caso da global, propicia a troca de experiências com pesquisadores de ponta do mundo inteiro. Como exemplo, cita os provenientes dos países que mais investem em robótica: Alemanha, Estados Unidos, Japão, China e Irã.